

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002787-48.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Maria Cecilia Claro Silva**  
 Requerido: **hsbc bank brasil s/a**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

MARIA CECILIA CLARO SILVA move ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ação de sustação de protesto cumulada com ação de indenização por danos morais contra HSBC BANK BRASIL S/A, sob o fundamento de que o réu legitimamente procedeu a protesto de título de dívida da autora, porém, ulteriormente, houve acordo e quitação da dívida, subsistindo o protesto, indevidamente, que deve ser sustado, com a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

O réu foi citado e contestou.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia. Saliente-se que à autora cabia produzir a prova documental que possuísse com a distribuição da inicial; ao réu, com o protocolo da contestação.

Improcedem os pedidos.

O pedido de declaração da quitação do débito sequer deveria ser conhecido, ante a ausência de interesse processual, pois emerge dos autos, inclusive dos documentos que instruem a inicial – vg a baixa do gravame foi providenciada espontaneamente pelo réu -, que não há qualquer controvérsia, lide, a esse respeito.

No mais, as partes não controvertem no sentido de que o protesto, em si, foi devido. A autora, na inicial, fls. 02, declara que a ré procedeu ao protesto "exercendo seu legítimo direito". Não se discute que, quando ocorrido, em 08/03/2010, fls. 46, dívida vencida subsistia.

O que a autora questiona é a conduta do réu após a quitação integral do contrato, ocorrida em 10/09/2010 segundo a inicial (veja-se, ainda, fls. 46, 206/208).

Diz a autora que o réu deveria ter providenciado a baixa do protesto ou entregue os documentos necessários para que a autora o fizesse.

Certamente não incumbia ao réu a baixa do protesto. A jurisprudência do STJ é tranquila no sentido de que "... é ônus do devedor, principal interessado, providenciar, após o pagamento da obrigação, o cancelamento do protesto legitimamente efetuado pelo credor ..." (AgRg no REsp 1417255/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 05/03/2014).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Indo adiante, a alegação de que o réu recusou-se a entregar os documentos necessários para que a autora providenciasse a baixa não encontra respaldo probatório, pois a autora não trouxe qualquer prova documental no sentido de que os tenha solicitado e tenha havido recusa ou demora do réu em providenciá-los.

O protesto, portanto, deve subsistir enquanto a autora não providenciar a sua baixa, regularmente, cabendo, por óbvio, ao réu providenciar a documentação necessária para tanto, a respeito do que não há qualquer prova de resistência nos autos.

A indenização por danos morais deve ser rejeitada pois nenhum ilícito ou falha na prestação do serviço, pelo réu, foi comprovada.

Ante o exposto, **REJEITO** os pedidos; **CONDENO** a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 724,00.

**P.R.I.**

São Carlos, 18 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**